



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

Encarte IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

A **União**, por intermédio do **Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí**, CNPJ nº **00.394.494/0034-02**, com sede na Avenida João XXXIII, 4500, CEP. 64045-795, Teresina-PI, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, em seqüência denominada simplesmente **Contratante**; e a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Município de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX e da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, firmam o presente **IMR**, como anexo ao contrato de xxxxxxxx para a SR/PF/PI.

1. Definição: Instrumento de Medição de Resultado (nomenclatura da IN 05/2017 SEGES/MPDG para Acordo de Nível de Serviços – ANS) é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. Para cada infração será atribuída uma pontuação, e de acordo com esta pontuação haverá um índice de desconto correspondente, a ser aplicado no valor mensal do contrato, obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.

4. Apuração: ao final de cada período de apuração, a fiscalização do contrato encaminhará ao preposto da contratada as informações para emissão do documento de cobrança pelo valor ajustado e adoção das medidas recomendadas, se houver, e ao setor administrativo da Contratante, para acompanhamento.

5. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

6. Indicativos e respectivos índices:

PONTUAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA	APLICABILIDADE
01	1%	Sobre o valor mensal do contrato
02	2%	Sobre o valor mensal do contrato
03	5%	Sobre o valor mensal do contrato
04	8%	Sobre o valor mensal do contrato
05	10%	Sobre o valor mensal do contrato
06	12%	Sobre o valor mensal do contrato

07	15%	Sobre o valor mensal do contrato
08	18%	Sobre o valor mensal do contrato
09	20%	Sobre o valor mensal do contrato

7. Ocorrências:

OCORRÊNCIA TIPO 1: NÃO CARACTERIZAM INTERRUPTÃO NO SERVIÇO MAS IMPEDEM REALIZAÇÃO SATISFATÓRIA	Valor da Infração
Atraso no cumprimento de obrigações do serviço.	1
Deixar de cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1
Deixar de entregar conjunto completo de uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, ou não submetê-lo à aprovação do Fiscal do contrato ou não documentar a entrega.	1
Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1
Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1
Não atendimento de solicitações e notificações diversas feitas pela Contratante.	1
	1
OCORRÊNCIA TIPO 2: CARACTERIZAM INTERRUPTÃO OU MAU ANDAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Valor da Infração
Deixar de cumprir horário pré-estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	2
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	2
Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2
Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2
Deixar de substituir funcionários faltosos após o limite de 60 minutos a partir do início do expediente.	2
Não entrega do material de consumo previsto no Termo de Referência.	2
Conduta inadequada.	2
Reiteração no não atendimento de solicitações e notificações feitas pela Contratante.	2

	2
OCORRÊNCIA TIPO 3: CARACTERIZAM INTERRUPÇÃO NO SERVIÇO E COMPROMETEM A INSTITUIÇÃO	Valor da Infração
Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3
Reiterada não entrega do material de consumo previsto no Termo de Referência.	3
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3
Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.	3
Deixar de cumprir demais obrigações previstas em contrato ou previstas na licitação, inclusive as comprovações das obrigações acessórias de natureza tributária.	3
Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	3
Deixar de apresentar notas fiscais mensais.	3
Deixar de apresentar toda a documentação inicial exigida, tais como comprovante de qualificação dos empregados, CTPS, etc, por empregado.	3
Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3
Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionadas à execução do contrato nas datas legais.	3
	3

8. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos neste Anexo. O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura mensal de acordo com os serviços executados, subtraídas as soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente.

Representante da Contratante – SR/PF/P

Representante da Contratada

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSE BARBOSA DE MOURA CASTRO**, Fiscal de Contrato, em 31/05/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRACAS BRITO DA COSTA, Agente de Portaria**, em 06/06/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO SIMOES DE OLIVEIRA FRANCO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 06/06/2022, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23316487** e o código CRC **B2C5A4BA**.